

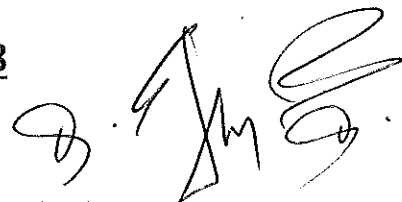


Demonstrações Financeiras

2018

(1)

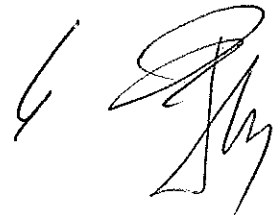
(2)



I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do período findo em 31 de dezembro de 2018

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Rubricas	Notas	31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.2	2 589 623	2 551 009
Ativos intangíveis	4.3	1 517	1 558
Investimentos financeiros	4.1	3 152	1 940
Subtotal		2 594 292	2 554 507
Ativo corrente			
Inventários	5	22 985	21 321
Créditos a Receber	10.1	20 166	12 640
Estado e outros entes públicos	14.1	2 732	2 532
Diferimentos	14.2	4 148	3 802
Outros ativos correntes	10.1	4 932 308	5 040 541
Caixa e depósitos bancários	10.3	2 954 065	2 527 032
Subtotal		7 936 404	7 607 868
Total do ativo		10 530 696	10 162 375
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.3	322 946	322 946
Reservas	14.3	25 574	25 574
Resultados transitados	14.3	2 800 139	2 601 001
Ajustamentos/Outras V.F. Patrimoniais	14.3	6 489 232	6 570 192
Subtotal		9 637 891	9 519 713
Resultado líquido do período		420 956	199 114
Total do fundo patrimoniais		10 058 847	9 718 827
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8	1 187	1 797
Passivo corrente			
Fornecedores	10.1	27 289	35 273
Estado e outros entes públicos	12.1	43 809	30 515
Outros passivos correntes	10.1	399 563	375 963
Subtotal		470 661	441 751
Total do passivo		471 849	443 548
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10 530 696	10 162 375



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	6	807 744	663 255
Subsídios, doações e legados à exploração	6	1 351 172	1 283 514
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	5	-234 968	-224 372
Fornecimentos e serviços externos	11	-200 525	-186 757
Gastos com o pessoal	12	-1 607 941	-1 464 376
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.2	-65 772	-9 476
Outras imparidades (perdas/reversões)	10.2	135 000	0
Outros rendimentos e ganhos	6	414 802	284 668
Outros gastos e perdas	13	-2 101	-7 341
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		597 410	339 114
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-183 201	-145 451
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		414 208	193 663
Juros e rendimentos similares obtidos	6	6 748	5 451
Resultado líquido do período		420 956	199 114

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Resultados transitados	Reservas	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 1 janeiro de 2018 (ESNL)	322 946	2 601 001	25 574	6 570 192	199 114	9 718 827
Resultado líquido do período de 2017		199 114			-199 114	
Outras Variações		24		-80 960	420 956	340 020
Posição em 31 dezembro de 2018 (ESNL)	322 946	2 800 139	25 574	6 489 232	420 956	10 058 847



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		774 253	690 969
Pagamentos a fornecedores		-515 854	-425 309
Pagamentos ao pessoal		-1 106 872	-1 025 791
Caixa gerada pelas operações		-848 473	-760 131
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-61 347	-53 911
Outros recebimentos/pagamentos		1 339 708	1 086 397
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		429 888,41	272 355,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-127 163	-56 319
Ativos intangíveis		-1 656	-4 310
Investimentos Financeiros		-1 330	-1 045
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		161	134
Subsídios ao investimento		124 027	0
Juros e rendimentos similares		3 106	4 759
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2 855	-56 780
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		427 032,98	215 574,77
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 527 031,53	2 311 456,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.3	2 954 064,51	2 527 031,53



II - ANEXO do período findo em 31 de dezembro de 2018

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia da Calheta

1.2 Sede: Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara - ER224 n.º 91 9370 -139 Calheta

1.3 Número de identificação de pessoa coletiva: 511033982

1.4 Natureza da Atividade: A Santa Casa da Misericórdia da Calheta, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/84/M, de 22 de Março, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/86/M, de 29 de Março e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de Junho da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que, se procedeu ao registo definitivo da alteração global dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Portaria n.º 78/2007 de 16 agosto da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o ISSM, e as IPSS.

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro, que aprova o Estatuto das IPSS.

Compromisso da Santa Casa - Declaração n.º 10/2016 JORAM n.º 190 de 28 outubro, série II, da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.


2 . REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011, a Santa Casa aplica a Norma de Contabilização e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicado no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere “Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve reconhecer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela Santa Casa indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;



c) Às normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).”.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como as quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2017.

3. POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), a saber:

Continuidade

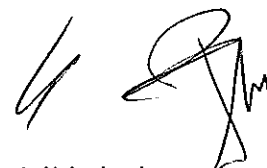
Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Santa Casa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Santa Casa, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
 - b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
 - c) A razão para a reclassificação.
- a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

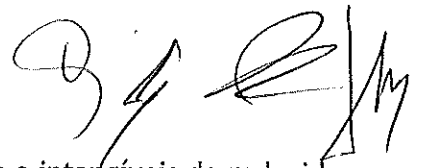
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos dos correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

As taxas de depreciações utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 16 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 8 anos



É procedimento da Instituição depreciar a 100% os ativos fixos tangíveis e intangíveis de reduzido valor, inferior a mil euros, dado a sua imaterialidade.

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhoras significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

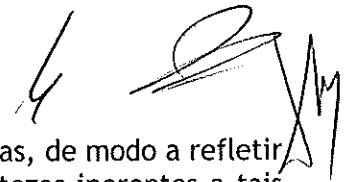
O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	Entre 3 a 6 anos

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Periodicamente, a Santa Casa analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.



Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

IMPARIIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se reconhecidas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RENDIMENTO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

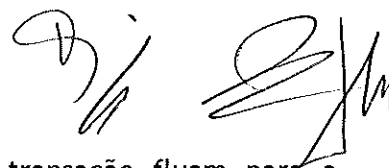
O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;



- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta é uma pessoa coletiva de utilidade pública, sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes/utentes e outros créditos a receber

As dívidas de clientes/utentes e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato. As dívidas são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensurados pelo método do custo. São registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras ativos correntes» e «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, imediatamente mobilizáveis.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.



BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, feriados, subsídio de turno e de transporte, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Instituição, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízes de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, e fundos patrimoniais, assim como as quantias relatadas de rendimento e gastos do período.

4. INVESTIMENTOS

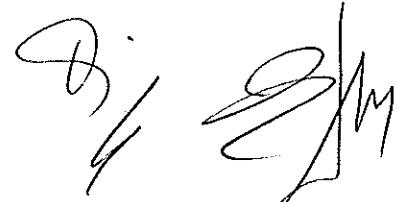
4.1 Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	2018	2017
Fundo Compensação Trabalho (FCT)	3 152	1 940

4.2 Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Os edifícios arrendados estão contabilizados como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma que vigora desde 01 de janeiro de 2016.



Quantias reconhecidas como rendimentos:

Identificação dos edifícios arrendados	Montantes considerados em rendimento do período 2018
Edifício dos Paços do Concelho	23 796
Antigo Hospital da Misericórdia	43 564
Prédio Conservatória-Fração B-1º Andar	32 072
TOTAL	99 432

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, aos abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

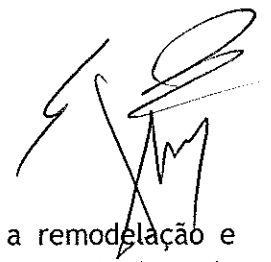
Descrição	31-12-2017	Adições	Abate Alienação	31-12-2018	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	446 623	95	24	446 694		446 694
Edifícios e outras construções	3 642 679	17 813		3 660 492	1 761 801	1 898 692
Equipamento básico	630 056	120 571		750 627	655 017	95 610
Equipamento de transporte	326 414		20 105	306 309	282 433	23 875
Equipamento administrativo	158 010	2 408		160 418	158 838	1 581
Outros ativos fixos tangíveis	65 293	4 261		69 555	67 224	2 331
Investimentos em curso	45 846	74 994		120 840		120 840
Ativo Tangível Bruto	5 314 921	220 143	20 130	5 514 935	2 925 313	2 589 622

As doações no ano de 2018 registaram-se no valor patrimonial de 17.908 euros

As depreciações no montante total de 183 201 euros foram reconhecidas na rubrica «gastos de depreciação e amortização». Ativos fixos tangível no valor de 181 505 euros e em ativos intangível no valor de 1 697 euros.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Ativos fixo tangíveis	31-12-2017	Ano		31-12-2018
		Amortização	Abates	
Edifícios e outras construções	1 691 138	70 663		1 761 801
Equipamento básico	571 085	83 931		655 017
Equipamento de transporte	281 193	21 345	20 105	282 433
Equipamento administrativo	155 216	3 622		158 838
Outro Ativos fixo tangíveis	65 281	1 943		67 224
TOTAL	2 763 913	181 505	20 105	2 925 313



Os investimentos em curso registam o valor de 120 840 euros, referentes a remodelação e ampliação do Centro de Saúde da Calheta e ampliação e remodelação do Lar da Nossa Senhora da Estrela, nomeadamente a elaboração da candidatura ao IDR, a contratação pública, a projetos de arquitetura e de especialidades.

Não existe bens do património histórico artístico e cultural.

4.3 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	31-12-2018	Amortizações Acumuladas	Líquido
Ativos intangíveis	5 617	1 656		7 273	5 755	1 518
Ativo Intangível Bruto	5 617	1 656	0	7 273	5 755	1 518

Ativos Intangíveis	31-12-2017	Ano		31-12-2018
		Amortização	Abates	
TOTAL	4 058	1 697		5 755

5. INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

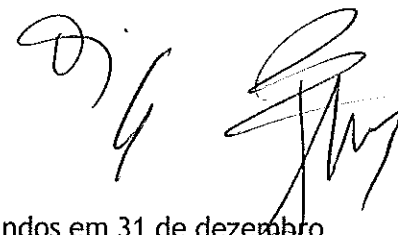
As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Existem bens, nomeadamente géneros alimentares, oferecidos por particulares ou empresas, que a SCMC os classifica, atribuindo valor de mercado e havendo controlo sobre o seu consumo, ficando os mesmos valorizados nos inventários.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os inventários da entidade, detalham-se conforme quadro que se segue:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	22 985	21 321
Total	22 985	21 321



Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalham-se conforme quadro que se segue:

Mercadorias	31-12-2018	31-12-2017
Saldo Inicial	21 321	24 160
Compras	236 632	221 533
Saldo Final	22 985	21 321
Gastos no período	234 968	224 372

O custo de mercadoria vendida e matéria consumida (CMVMC) subdividem-se:

Gastos no período	2018	2017
CMVMC		
Géneros Alimentares	126 112	122 168
Medicação e Encargos Saúde	29 354	26 539
Material Higiene e Conforto	51 884	48 799
Material Limpeza	22 555	22 611
Material Escritório/Didático	4 190	3 572
Material Diverso	873	684
Subtotal	234 968	224 372

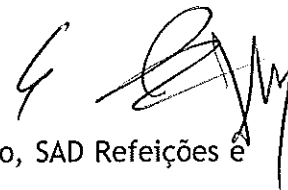
6. RÉDITO E OUTROS RENDIMENTOS

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos e outros rendimentos:

Rubricas	2018	2017	Variação
Prestação de Serviços	807 744	663 255	144 490
Subsídios à exploração	1 351 172	1 283 514	67 658
Reversões	137 050	4 550	132 500
Outros Rendimentos e ganhos	414 802	284 668	130 134
Juros e outros rendimentos	6 748	5 451	1 297
TOTAL	2 717 516	2 241 437	476 079

Em *prestação de serviços* estão registados as mensalidades, as participações utentes/familiares em regime de internamento, as participações dos utentes do Centro de Convívio e do Centro Social do Pinheiro. Nesta rubrica estão registadas também os serviços sociais refeições, lavandaria, fraldas e serviços de fisioterapia, bem como as quotizações dos Irmãos da Santa Casa.

Os *subsídios à exploração* são os apoios do Instituto da Segurança Social da Madeira, de acordo com os acordos de cooperação celebrados com a Instituição. No ano de 2018 foram atualizados os



valores de comparticipação das respostas sociais, nomeadamente SAD Clássico, SAD Refeições e Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados.

Na rubrica *reversões* encontra-se registado as reversões de perdas por imparidade em dívidas de clientes e de perdas por imparidade de investimentos financeiros.

Em *outros rendimentos* referem-se principalmente as rendas, nomeadamente os Paços do Conselho - Câmara Municipal da Calheta, Hospital da Calheta e da Conservatória do Registo Civil e Predial da Calheta, ver nota 4.2 deste anexo. As imputações dos subsídios para investimentos, descritas com mais pormenor no ponto n.º 7 deste anexo. As alienações do ativo fixo tangível e donativos. Encontra-se também refletidos em correções de exercícios anteriores, rendimentos decorrentes da atualização do acordo de gestão com o Instituto de Segurança Social na resposta social, vertente clássica e refeições.

7. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DO GOVERNO

Anualmente é registado o subsídio ao investimento, atribuídos tanto pelo Instituto de Segurança Social, pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, como por outras entidades.

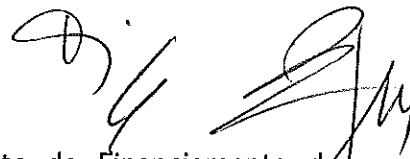
Descrição	Total subsídios	Depreciações/Amortizações		A depreciar
		Total depreciado	Ano 2018	
Subsídios de obras	2 321 021	1 021 249	46 420	1 253 351
Subsídios de viaturas Seg. Social	71 392	71 392	0	0
Subsídios de viaturas IDR	39 259	31 406	7 852	0
Subsídios Equipamento Seg. Social	239 298	239 298	0	0
IFAP - "Calheta + Social"	198 275	115 213	23 287	59 775
Viaturas Híbridas	35 000	7 000	7 000	21 000
IDR - Lar Estrela	2 307 759	0	14 285	2 293 474
IDR - Centro Saúde	2 725 922	0	0	2 725 922
TOTAL	7 937 926	1 485 559	98 844	6 353 523

Ao analisar o quadro seguinte podemos verificar que, aquando da construção do edifício Lar nossa Senhora da Estrela e Centro de Dia foi subsidiado pelo Governo Regional como pela Segurança Social, o montante de 2 321 021 euros. Anualmente é amortizado o valor de 46 420 euros. Do total de subsídio para as obras realizadas em 1996, ainda encontra-se por afetar aos anos seguintes 1 253 351 euros.

Foi apoiado pela Segurança Social a aquisição de equipamento básico no valor de 239 298 euros entre os anos de 1996 e 1999.

Foi apoiado também pela Segurança Social a aquisição de equipamento transporte no valor de 71 392 euros entre os anos de 1994 e 2010.

Em 2014 foi aprovada uma candidatura ao Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR, para aquisição de uma viatura adaptada a pessoas com mobilidade reduzida. O apoio foi no valor de 39 259 euros.



Outra das candidaturas a subsídios ao investimento foi ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) em 2014, para remodelação da cozinha e lavandaria da Instituição, no montante de 198 275€.

Em dezembro de 2016 foi atribuído um apoio financeiro eventual, no montante de 35.000 euros, pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, para a aquisição de duas viaturas ligeiras híbridas, de cinco lugares. Estas viaturas foram adquiridas em 2017.

Durante o ano de 2017 foi feito 2 candidaturas Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR.

Em 18/08/2017 foi aprovado a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000002” para a Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela. Será apoiada em 85% do valor elegível do investimento, no montante de 2 307 759€.

Em 24/11/2017 foi aprovado a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000004” para a Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta. Será apoiada em 85% do valor elegível do investimento, no montante de 2 725 922€.

Em 04/02/2019 houve uma reprogramação a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000004” para a Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta. O montante de apoio passará para 3 275 629€.

8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões estão reconhecidas tendo em conta o parágrafo 13 da NCRF 21:

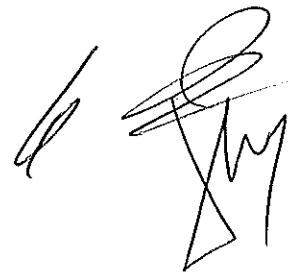
- A entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Em 2014 foram reconhecidas provisões no montante de 5 000 euros para fazer face a despesas com o processo relativo aos valores mobiliários representativos de dívida de curto prazo, que não foram reembolsados pela entidade emitente nos prazos previstos.

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Provisões	1 187	1 797

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Instituição encontra-se isenta de IRC - Publicado no Diário da República - III série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 1992, tanto na atividade económica principal, CAE 87301 - Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como nas atividades secundárias, nomeadamente CAE 88990 - Outras atividades de apoio social sem alojamento e CAE 86906 Outras atividades de saúde humana.



10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo. Não existem instrumentos financeiros dados como garantia.

10.1 Fornecedores, outros passivos correntes e créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de fornecedores, outros passivos correntes e créditos a receber, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL
Ativos						
Clientes e utentes	131 231	111 066	20 166	57 933	45 293	12 640
Outros ativos correntes	4 932 308		4 932 308	5 040 541		5 040 541
TOTAL do ATIVO	5 063 539	111 066	4 952 474	5 098 474	45 293	5 053 181
Passivo						
Fornecedores curto prazo	27 289		27 289	35 273		35 273
Outras contas a pagar	399 563		399 563	375 963		375 963
TOTAL do PASSIVO	426 852	0	426 852	411 236	0	411 236
TOTAL LÍQUIDO	4 636 687	111 066	4 525 622	4 687 239	45 293	4 641 945

Passamos a analisar mais detalhadamente a informação contida no quadro anterior.

Os valores referentes a “*Outros ativos correntes*” dizem respeito a:

Outros ativos correntes	31-12-2018
Juros a receber (*a)	2 057
Receitas diferidas	19 900
Dívidas de utente	697
Subsídio IDR Lar Estrela	2 211 895
Subsídio IDR Centro Saúde	2 697 759
TOTAL	4 932 308

(*a) corresponde a acréscimos de rendimentos. Estes juros só serão recebidos efetivamente em 2019 mas referem-se a aplicações financeiras realizadas em 2018 e que devem ser refletidas nas contas do presente exercício.

Os valores referentes a “*Outros passivos correntes*” correspondem a:

Demonstrações Financeiras 2018

Outros passivos correntes	31-12-2018
Fornecedores de Investimento (*a)	5 912
Férias e subsídio férias	211 845
Despesas diferidas (*b)	9 095
Dívidas a pessoal especializado	2 576
Dívidas a utentes (*c)	157 132
UMP	360
Parcerias outras Instituições (PEA)	12 643
TOTAL	399 563

(*a) A instituição não possui dívidas a terceiros superiores a um ano, exceto à empresa Saúl & Filhos Lda, no valor de 4 680 euros.

(*b) Despesas referente a 2018 faturadas em 2019.

(*c) Corresponde ao saldo líquido que resulta de parte das pensões deduzidas das despesas pessoais/extraordinárias dos utentes.

10.2 Reconhecimento das perdas por imparidade dos créditos a receber

No reconhecimento das perdas por imparidade de créditos a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida e a expectativa de recuperabilidade dos saldos.

	2018	2017
Imparidade acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida de cliente	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos clientes	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos clientes
Até 12 meses	57 890	2 550
13 a 24 meses	12 482	12 482
Superior a 25 meses	40 693	30 261
TOTAL	111 066	45 293

Perdas por imparidade acumuladas 31-12-2017	495 294
Reversões clientes	-2 050
Reforço das imparidades cliente	67 822
Total imparidade/reversão clientes em 2018	65 772
Reversões Investimentos	-150 000
Perdas por imparidade acumuladas 31-12-2018	411 066

10.3 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Demonstrações Financeiras 2018

Caixa e depósitos bancários	31/12/2018	31/12/2017
Ativos		
Caixa	10 238	3 871
Depósito à ordem	196 572	256 643
Outros depósitos bancários	2 747 255	2 266 518
TOTAL	2 954 065	2 527 032

11 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos incorridos com fornecimento e serviços externos nos períodos de 2018 e 2017 foram os seguintes:

Fornecimento Serviços Externos	2018	2017	Variação
Trabalhos especializados	14 552	15 374	-822
Honorários	38 705	30 617	8 089
Conservação e reparação	25 900	25 649	251
Serviços bancários	1 506	1 379	127
Eletricidade	38 608	38 102	506
Gás	19 213	17 219	1 994
Gasóleo	14 605	13 949	657
Água	8 143	9 190	-1 046
Deslocações e estadas	1 123	5 514	-4 390
Comunicação	4 955	4 706	249
Seguros	3 352	3 230	123
Encargos com utentes	13 530	7 571	5 959
Outros serviços diversos	16 332	14 259	2 073
Subtotal	200 525	186 757	13 768

12. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos nos períodos de 2018 e 2017 foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2018	2017
Remunerações do pessoal	1 321 042	1 205 280
Encargos sobre remunerações	268 569	244 356
Seguro acidentes trabalho	10 631	7 482
Outros gastos com o pessoal	7 699	7 258
TOTAL	1 607 941	1 464 376

Ao analisar este ponto, não podemos deixar de verificar o que foi referido na nota 3.1 deste anexo.

A rubrica «Outros gastos com o pessoal» inclui gastos com o vestuário e calçado (fardas), com a medicina no trabalho, com a formação e com compensação por caducidade de contrato de trabalho.

Os Órgão Sociais não são remunerados, apenas por vezes são ressarcidos das despesas com os km percorridos, em deslocações para representação da Instituição.

13 - OUTROS GASTOS

Os outros gastos incorridos nos períodos de 2018 e de 2017 foram os seguintes:

68 - Outros gastos e perdas	2018	2017	Variação
Taxas	80	502	-422
Gastos em Alienações	0	3 621	-3 621
Correções Anos Anteriores	188	1 434	-1 246
Quotizações	1 220	1 220	0
Outros	614	563	51
Subtotal	2 101	7 341	-5 239

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	2018	2017
Ativos		
Restituição do IVA	2 732	2 532
Total	2 732	2 532
Passivo		
Retenção de imposto sobre rendimento	9 545	4 141
Contribuições para a Segurança Social	34 115	26 271
Fundo Compensação	149	103
Total	43 809	30 515
TOTAL LÍQUIDO	41 077	27 982

Tendo em conta a Lei n.º 64-B/2011 artigo 179.º, n.º 2, e o Decreto-Lei n.º 84/2017 de 21 de julho, as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm direito à restituição de um montante equivalente a 50% do IVA suportado relativo às operações previstas na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro.

Deste modo a Instituição tem a receber de restituição de IVA de géneros alimentares, o valor de 2.732 euros.

É de referir que os valores em dívida em 31 de dezembro de 2018 nomeadamente a *retenção de imposto sobre o rendimento* e as *contribuições para a segurança social*, são relativas ao mês de dezembro de 2018, pagas em janeiro de 2019.

14.2 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Demonstrações Financeiras 2018



Diferimentos	31-12-2018	31-12-2017
Ativos - Gastos a reconhecer		
Seguro automóvel	874	874
Seguros de instalações	184	184
Diário Notícias	210	210
Jornal Madeira	110	110
Truly Nolen	140	137
Medicina no Trabalho	438	909
Seguro Acidentes Trabalho	886	886
Seguro Voluntariado	75	78
Acingov	1 232	415
TOTAL	4 148	3 802

14.3 Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	31-12-2018	31-12-2017
Fundos	322 946	322 946
Reservas	25 574	25 574
Resultados Transitados	2 800 139	2 601 001
Outras Variações de fundos patrimoniais	6 489 232	6 570 192
Resultado líquido do período	420 956	199 114
TOTAL	10 058 847	9 718 827

É procedimento da Instituição transferir o resultado líquido de cada período para a rubrica «resultados transitados».

Em relação a composição das *outras variações de fundos patrimoniais* ver também nota 7.

Outras variações de fundos patrimoniais	31-12-2018	31-12-2017
Subsídios de obras a afetar nos períodos seguintes	1 253 352	1 299 772
Subsídios de viatura a afetar nos períodos seguintes	0	7 852
Subsídios Calheta + Social IFAP	59 775	83 062
Viaturas Híbridas	21 000	28 000
Subsídios IDR Lar Estrela	2 293 474	2 307 759
Subsídios IDR Centro Saúde	2 725 922	2 725 922
Subtotal	6 353 523	6 452 366

Outras Variações de fundos patrimoniais	31-12-2018	31-12-2017
Prédios urbanos e rústicos	135 710	117 826
Subtotal	135 710	117 826

TOTAL	6 489 233	6 570 192
--------------	------------------	------------------

Demonstrações Financeiras 2018

14.4 - Divulgações exigidas por diplomas legais

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários em 2018 dos revisores oficiais de contas foram de 4 000 euros (IVA excluído), referentes exclusivamente a serviços de revisão legal de contas.

14.5 - Eventos subsequentes

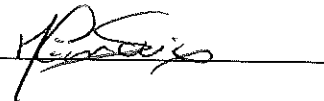
Entre a data de reporte das demonstrações financeiras em 31-12-2018 e a data de autorização para a sua emissão 20-03-2019, ocorreu a reprogramação da candidatura à “Remodelação e Ampliação do Centro Saúde da Calheta”, ver nota 7 deste anexo, facto relevante que justifica a sua divulgação mas não a alteração das demonstrações financeiras do período.

14.6 - Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 20 de março de 2019.

Calheta, 20 de março de 2019

Contabilista Certificado n.º 12063 (M^a Conceição R. Silva Sousa)

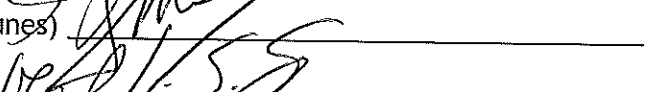


Mesa Administrativa

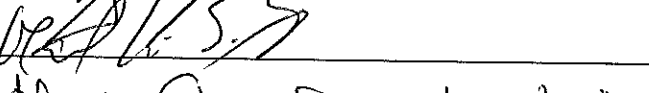
Provedora (M^a Cecília Gouveia Cachucho)



Vice Provedor (José Mário de Sousa Nunes)



Secretário (Manuel Luís Sousa Serrão)



Vogal (M^a Fátima Magalhães e Almeida)

